Acusados de formação de cartel, ECAD e associações parceiras recebem multa milionária

Por Nancy Caigawa e Clarissa Luz

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aplicou multa de R\$ 38,2 milhões ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD) e a seis associações de gestão coletiva de direitos autorais, por formação de cartel.

Desde 2010, a Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA) vinha questionando administrativamente o valor abusivo de 2,55% da receita bruta das empresas de TV a Cabo, cobrado a título de direitos autorais pelo ECAD e suas associações de artistas, em decorrência da execução pública de obras musicais.

O CADE entendeu que a inexistência de margem de negociação e a cobrança invariável e tabelada, em conjunto com as associações de artistas, caracterizam a prática de cartel e abuso de poder ao inviabilizarem a concorrência.

Segundo o Conselheiro do CADE, Sr. Marcos Veríssimo, não há transparência no sistema de arrecadação e distribuição de direitos autorais relativos à execução pública de obras musicais no Brasil, sendo apenas equiparado – talvez – à Rússia, pois não conta com regime de regulação propriamente dito, tampouco com instância institucionalizada de arbitragem de preços, configurando-se “o pior dos mundos” neste âmbito.

O Conselho também registrou como abuso de poder de mercado a prática do ECAD de dificultar a entrada de novas associações de artistas em seu quadro, ao estabelecer critérios inviáveis para tanto.

Entenda-se, a Lei de Direitos Autorais Brasileira previu a criação de um único escritório central de arrecadação e distribuição de direitos autorais relativos à execução pública de obras musicais mantido pelas associações de gestão coletiva, o que não confere ao ECAD a prerrogativa de tabelar preços.

Além do pagamento da multa, o ECAD não mais poderá tabelar os preços e deverá reformular seu sistema de gestão coletiva, retirando os critérios vigentes para admissão de novas associações de artistas, permitindo assim a cobrança de taxas mais acessíveis aos usuários e dificultar abusos de poder de mercado.

Contra tal decisão, o ECAD afirma que apresentará medida judicial.

CPI: Cabe lembrar que há um ano, senadores da CPI investigaram a atuação do ECAD e pediram o indiciamento de oito diretores e da superintendente da instituição por crime de falsidade ideológica, apropriação indébita, agiotagem e crime contra a ordem econômica. Somado à atual multa da ordem de quase R\$ 40 milhões, trata-se de dois grandes reveses ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição.